



Secretaria de Licitações E Contratos <selc@trt3.jus.br>

Pedido de impugnação Tomada de Preços 001/2021 - TRT 3ª Região

1 mensagem

fnunes@oneelevadores.com.br <fnunes@oneelevadores.com.br>

3 de agosto de 2021 14:30

Responder a: fnunes@oneelevadores.com.br

Para: selc@trt3.jus.br

Cc: Robson Neves Nascimento <rnascimento@oneelevadores.com.br>, Juarez Tavora

<jtavora@oneelevadores.com.br>, Gustavo Simoni Coelho <gcoelho@oneelevadores.com.br>

ILUSTRÍSSIMA SENHORA SECRETÁRIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**TOMADA DE PREÇOS 001/2021**

ONE ELEVADORES MG LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.539.886/0001-03, com sede na [Rua Paracatu número 878, Bairro Barro preto, Belo Horizonte - MG](#), vem, à presença de Vossa Senhoria, apresentar

Impugnação ao Edital

Em face da incoerência do Edital da Tomada de Preços nº 001/2021, pelos fatos e fundamentos jurídicos a seguir aduzidos.

I – TEMPESTIVIDADE DA PRESENTE IMPUGNAÇÃO

A abertura da licitação está prevista para o dia 17.08.2021 e, considerando que a presente Impugnação está sendo formulada na conformidade do prazo estabelecido no Art. 41 da Lei de Licitações, isto é, antes do quinto dia útil que antecede à data fixada para abertura, tem-se que a presente Impugnação se encontra plenamente tempestiva.

II – CABIMENTO DA presente IMPUGNAÇÃO E RAZÕES PARA REVISÃO DO EDITAL Da TOMADA DE PREÇOS

A respeito da Impugnação, reza o § 2º do art. 41 da Lei 8.666/93, *in verbis*:

Art. 41.

§ 2º. Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a Administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso. (Redação dada ao §2º pela Lei nº 8.883, de 08.06.1994)

Na lição do mestre MARÇAL JUSTEN FILHO, *litteris*:

O instrumento convocatório (seja edital ou convite) cristaliza a competência discricionária da Administração, que se vincula a seus termos.

Se a Administração reputar viciadas ou inadequadas as regras contidas no edital, não lhe é facultado pura e simplesmente ignorá-las. Verificando a nulidade ou a inconveniência dos termos do edital, a Administração poderá valer-se de suas faculdades para desfazimento dos atos administrativos. Porém, isso acarretará necessariamente o refazimento do edital, com invalidação do procedimento licitatório já desenvolvido.

Pois bem.

Ab initio, após análise perfunctória do Edital da Tomada de Preço, fácil observar que o Edital estabelece uma condição de incorreta para os possíveis concorrentes, no momento em que estabelece, no item 6.7.3., a obrigação de apresentação de atestados de capacidade técnica devidamente registrados no CREA/MG.

Ora, a exigência da apresentação de tal registro no CREA/MG malfez o caráter competitivo da licitação, pois as empresas que não tenham profissionais que tenham prestado serviços em Minas Gerais e registrado esses serviços no CREA/MG, estarão tolhidas de participar do certame.

Portanto, deve ser revista a exigência dos atestados em nome dos profissionais de nível superior, a serem apresentados terem obrigatoriamente registro no CREA–MG.

Os atestados de capacidade técnica que são registrados em qualquer CREA, no Brasil inteiro, servem para comprovar a capacitação técnica dos profissionais registrados no respectivo CREA da região onde o serviço foi prestado, ressaltando que não são registrados no CREA atestados de capacidade técnica e emitidas Certidões de Acervo Técnico (CAT) em nome de pessoas jurídicas.

Consultada a legislação do CREA, verifica-se que este assim procede sob o manto de que o acervo técnico não pertence à empresa, mas sim, ao profissional integrante de seus quadros.

Nesse diapasão, é expressa a Resolução 317/86 do CONFEA, que assim dispõe:

"Art. 1º Considera-se Acervo Técnico do profissional toda a experiência por ele adquirida ao longo de sua vida profissional, compatível com as suas atribuições, desde que anotada a respectiva responsabilidade técnica nos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia"

"Art. 4º O Acervo Técnico de uma pessoa jurídica é representado pelos Acervos Técnicos dos profissionais de seu quadro e de seus consultores técnicos devidamente contratados."

Parágrafo único – O acervo técnico de uma pessoa variará em função do Acervo Técnico do seu quadro de profissionais e consultores" (grifo nosso)

Acerca do assunto, destacamos a seguinte exegese que elucida a questão:

"Quanto a titularidade, porém, há que se verificar, que a legislação autoral e a que regula a profissão dos engenheiros e arquitetos, ambas preveem claramente que autor é pessoa física, e não poderia ser diferente, porquanto pessoa jurídica nada cria, e depende do intelecto humano para tal criação, mesmo que a obra tenha sido criada com o auxílio mecânico ou cibernético. Ou seja, autor é sempre a pessoa física que concebeu o projeto de engenharia ou arquitetura, topografia ou geografia, e não a empresa na qual trabalha o autor ou da qual é proprietário, quer seja engenheiro, arquiteto, geógrafo ou topógrafo, como querem ambas as leis" (cf. Direitos Autorais dos Engenheiros e Arquitetos, [in www.jurisdoctor.adv.br](http://www.jurisdoctor.adv.br))

E assim continua, apontando o texto da resolução do CREA acima mencionada:

"O texto da Resolução em tela, colocando em novos termos esse equilíbrio entre as realizações individuais e as empresariais, vem conferir validade jurídica a atestados técnicos com base em realizações 'então' sob a responsabilidade de profissionais eventualmente ausentes dos quadros da empresa- já que tais realizações integram-se à experiência e tradição adquiridas ao longo do tempo e de certa forma reconhecidas pela letra legal" (Eficácia nas Licitações e Contratos, p. 284).

O procurador jurídico do CREA – 12ª Região, assim se manifestou a respeito:

"creditar-se a tradição técnica assim às empresas, como aos seus diretores técnicos e responsáveis técnicos (...)

(...) a tradição técnica cabe tanto à empresa quanto aos profissionais intervenientes na execução da obra ou serviço, ou seja, do responsável técnico da empresa ao responsável pela obra e ao engenheiro fiscal" (RDP 41/42, p. 141).

Todo o registro dos atestados, quando da realização de uma obra ou serviços, é feito em nome do profissional e não da empresa, tendo em vista a legislação do CREA *suso* citada.

Se, e.g., a empresa prestadora de determinado serviço, na conclusão da obra, solicitar da Administração um atestado demonstrando a execução do objeto contratado, com os respectivos quantitativos, quando for levar o documento ao registro do CREA, o mesmo será emitido em nome do profissional e não da empresa.

Ora, a lei só admite exigência de quantitativo em nome da empresa. Por outro lado, o CREA não registra este atestado, com os respectivos quantitativos, em nome da empresa, mas sim do profissional, por entender que o acervo técnico pertence ao último e não à primeira.

Assim, o atestado é emitido para a empresa, com o respectivo quantitativo, mas o registro deste documento dá-se em nome do profissional, já que é este quem detém o acervo técnico correlato, razão pela qual merece revisão tal item.

Outro ponto a ser considerado é que não apenas o CREA-MG tem poder de registrar acervos técnicos de profissionais de nível superior. Qualquer outro CREA no Brasil tem também esse poder. Portanto a exigência deve ser que a Certidão de Acervo Técnico (CAT) a ser apresentada pelas licitantes deva ser registrado no CREA da respectiva região onde o serviço foi prestado, sob pena de restringir participação apenas a profissionais que prestam serviços em Minas Gerais.

Tais procedimentos de vinculação do Edital da Tomada de Preços revela-se de caráter discricionário, contrariando, inclusive, o texto da Lei de Licitações em seu Art. 3º, que assim regulamenta:

Art. 3º. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os

princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos.

§ 1º. É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restringam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato;

II - estabelecer tratamento diferenciado de natureza comercial, legal, trabalhista, previdenciária ou qualquer outra, entre empresas brasileiras e estrangeiras, inclusive no que se refere a moeda, modalidade e local de pagamentos, mesmo quando envolvidos financiamentos de agências internacionais, ressalvado o disposto no parágrafo seguinte e no artigo 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991.

§ 2º. Em igualdade de condições, como critério de desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

I - produzidos ou prestados por empresas brasileiras de capital nacional;

II - produzidos no País;

III - produzidos ou prestados por empresas brasileiras.

§ 3º. A licitação não será sigilosa, sendo públicos e acessíveis ao público os atos de seu procedimento, salvo quanto ao conteúdo das propostas, até a respectiva abertura.

Segundo leciona Marçal Justen Filho, em sua obra Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 8ª edição, Editora Dialética, pág. 302:

“O direito de licitar consiste na faculdade de formular perante a Administração uma proposta de contratação. O direito de licitar é reconhecido a todos quantos preencham os requisitos de idoneidade e capacitação para executar o contrato”.

Nessa linha de raciocínio, faz a seguinte abordagem sobre o aspecto de Condições de Participação Inválidas: “A adoção de condições de participação desvinculadas do objeto contratual pode desembocar na invalidade. São inválidas, primeiramente, as condições não necessárias. Isso se passa naqueles casos de exigências que ultrapassam os requisitos mínimos exigíveis do interessado em formular uma proposta. Caracteriza-se o excesso, provocando a exclusão de pessoas que poderiam executar satisfatoriamente o objeto licitado.”

-

A licitação é procedimento administrativo, com o escopo final de selecionar uma proposta que tenha ofertado melhores e mais vantajosas condições para a Administração Pública.

A exigência acima mencionadas constam também no Termo de Referência no item 7.4.

Por todo o exposto, é que requer a esta Secretária, que apreciando a presente Impugnação, proceda com a imediata revisão do texto do Edital e Anexos, de forma a adequá-los à realidade de cada situação peculiar às concorrências.

Alternativamente, na improvável hipótese de não ser este o entendimento de Vossa Senhoria, requer seja encaminhada a presente Impugnação à Superior Instância Administrativa competente para apreciação, onde, por certo obterá melhor acolhida.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Belo Horizonte, 3 de agosto de 2021.

One Elevadores MG LTDA